



Um diálogo sobre fronteiras

Bruno Latini Pfeil

Cello Latini Pfeil

A abundância de projetos que abarcam as transidentidades, a gênero-divergência, a intersexualidade e as existências que desafiam a cisheteronormatividade se depara com a invisibilização de produções acadêmicas feitas pelos próprios sujeitos estudados. Uma busca ligeira em editais de pesquisa e revistas nos traz nomes de estudiosos da área de diversidade sexual e de gênero, mas quantes delus integram essa diversidade? Vemos trabalhos de pessoas cis sobre pessoas trans sendo reconhecidos academicamente, mas dificilmente produções acadêmicas *de* pessoas trans ganham tamanha notoriedade nos espaços acadêmicos por onde circulamos.

Apesar dos avanços consideráveis obtidos por pessoas cis, tanto aliadas dos movimentos trans como ‘estudiosas’ da transgeneridade, não podemos desprezar os dispositivos normatizantes que “produzem este contexto histórico em que pessoas trans* praticamente não falam sobre suas demandas políticas e conhecimentos de gênero, e os têm mediados por ‘especialistas’ cisgêneros” (VERGUEIRO, 2015, p. 90). É desta forma que entendemos a transfobia no contexto institucional: o silenciamento sistemático de nossas falas, a negação de nossos corpos, a justificação patologizante da razão pela qual somos quem somos.

Para falar do papel da academia na construção e institucionalização da transgeneridade, recorreremos a bell hooks quando fala da importância da teoria em sua trajetória. A autora narra sobre como sua experiência acadêmica foi construída em cima da dor, não só pelas violências presentes, como também pelo desejo de compreender, pela teoria, os fenômenos que a atravessavam. hooks não distingue teoria de prática; para ela, a experiência da teorização se refere intimamente a processos de cura, não se dissociando da prática de libertação coletiva. Pela teoria, queria “fazer a dor ir embora” (hooks, 2013, p. 83). Contudo, encontrou um ambiente que sustentava “a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo”, distorcendo “a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática da liberdade” (Ibidem, p. 45).

Em vez de construir um caminho para a cura, a partir da compreensão das estruturas de opressão e das violências materiais e simbólicas por elas reproduzidas, a academia serve como instrumento de perpetuação do silenciamento, de censura e



desvalorização de produções teóricas não-cisgêneras, não-brancas, não-heterossexuais, não-intersexo, etc. A universidade se fundamenta em “hierarquias de pensamento desnecessárias e concorrentes que endossam as políticas de dominação na medida em que designam certas obras como inferiores ou superiores, mais dignas de atenção ou menos” (hooks, 2013, p. 89). Se este local de produção de ‘conhecimento’ é excludente e violento, qual lugar ocupamos dentro dele? Se produzimos conhecimento na academia, ou se o conhecimento que produzimos fora dela é utilizado por quem está na academia, então o que determina nossa localização enquanto pesquisadores? O que significa o espaço já conquistado por pessoas trans na produção de conhecimento sobre transgeneridade – possibilitando a conquista de direitos e a ocupação de espaços ainda mais distantes – se a academia se sustenta por meio da hierarquização intelectual de determinados discursos e se constrói pela violência?

Entendemos que a determinação de quem tem o poder de nomear é o que define qual local podemos ocupar. A universalização do lugar social ocupado por quem nomeia é o que possibilita a imperatividade de sua nomeação. Portanto, compreendemos que nossa experiência como pessoas trans no ambiente acadêmico é perpassada por uma dinâmica a que chamamos ‘ofensa da nomeação’. A escolha desse termo se deve ao fato de que, ao nomearmos o lugar que ocupamos e o lugar que os outros ocupam, revelamos a ofensa que existe por trás do nome que nos foi designado; revelamos a negação de nossa autonomia em relação à validação de nossos desejos.

Para Viviane Vergueiro (2015), “colocar nossos corpos e existências enquanto sujeitos em um trabalho acadêmico” provoca inseguranças quanto à validação do referido estudo por “pessoas com títulos, cargos e anos de experiência no estudo das ‘transexualidades’ e ‘travestilidades’”, juntamente com o “receio sobre esta inserção acadêmica ser a forma mais efetiva de atuação anticistêmica” (p. 31-32). A origem da nomeação que nos atravessa ameaça a própria ocupação de lugares que possibilitam nossa produção. A primeira nomeação possui dupla face; estamos explorando o conflito entre aquilo que ‘parecemos’ ser e aquilo que somos. Quando nomeiam um homem trans de ‘mulher’, com base na leitura social de sua corporalidade, a ofensa é a negação de sua identidade. Não se limita somente ao campo da linguagem. Inicia-se, frequentemente, antes do nascimento da criança e perdura até depois de a pessoa se aproximar – caso seja de seu desejo – de um ideal estético e comportamental socialmente compatível com a nomeação que ela proclama para si. Antes que possamos nos afirmar, somos afirmados.



Quando nomeiam pessoas trans como ‘trans’ – pela construção de ciência a nosso respeito, de estudos que nos concernem, mas que não nos contemplam –, a ofensa é a exotificação de nossas identidades; é nossa alocação em posição de outro, partindo do consenso de uma normatização que nos violenta e ofende. Há tantas asserções sobre corpos trans feitos por pessoas não-trans que, quando nós produzimos conhecimentos acerca de nossos próprios corpos, tememos ser invalidados por já renomados estudiosos cisgêneros. Embora sejamos as narrativas vivas sobre nossas existências, o lugar de ‘objeto de pesquisa’ nos impede de ocupar o lugar de pesquisadores num meio que nos reduz e nos limita à categoria de objeto, incapaz de falar por si próprio.

Afinal, o texto acadêmico se dirige às pessoas trans, às travestis, às mulheres e homens trans e transexuais, ou se restringe a falar sobre elas, supondo (e produzindo) nossa inexistência na academia? E, se falar sobre elas, falar sobre elas para quem, e para quê? (VERGUEIRO, 2015, p. 22)

O primeiro questionamento de Vergueiro nos faz pensar na produção de narrativas trans por pessoas não-trans, que geralmente ocorre em ambientes hospitalares, por meio de discursos patologizantes e normatizantes. A produção de narrativas trans patologizadas e binarizadas *produz* pessoas que só se legitimam enquanto trans a partir de um sistema que reitera as noções de ‘corpo errado’ e incongruência entre mente e corpo, supondo a congruência como cisgênera. A produção de narrativas que patologizam pessoas trans é uma nomeação; pressupõe uma imagem universalista de transgeneridade, a partir de nossos corpos e dos lugares que comumente somos forçados a ocupar, e não do que temos a dizer sobre nós. Encontramos um jeito de se transgênera calcado no sofrimento disfórico, nos constrangimentos sucessivos, nas delimitações territoriais.

O segundo questionamento de Vergueiro aponta para o direcionamento do texto acadêmico. Antes de pensar as produções acadêmicas sobre transidentidades *para* pessoas trans, precisamos nos perguntar: quantas pessoas trans estão na academia, ou têm os instrumentos que lhes permitam reivindicar autoridade para serem ouvidas? Quantas pessoas trans terminam seus estudos e não *são evadidas*, expulsas das instituições de ensino? Não faz sentido supor discursividades científicas direcionadas a uma população que não ocupa significativamente o campo científico *enquanto*



pesquisadora. A questão trazida à tona não se aplica à inteligibilidade das produções, mas à inteligibilidade da presença de pessoas trans no ambiente acadêmico.

Frente a isso, Viviane Vergueiro (2015) propõe uma discursividade que possibilite narrativas trans “em um campo epistemológico colonizado e contaminado por marcos normatizantes a partir dos quais as vozes subalternizadas foram e estão sendo moldadas e esquematizadas” (p. 32). Para tanto, devemos localizar, em nossas vivências, as violências que nos atravessam, os desconfortos, as sensações de sermos algo-que-não-está-certo, ou simplesmente localizar a transfobia em suas expressões mais ‘sutis’. Isso não é um trabalho fácil. A dificuldade de se fazer essa análise, de reconhecer as violências e desumanizações, existe “na medida em que se parte de um local imerso nestas diferenças” (VERGUEIRO, 2015, p. 46). Como localizar a colonização sistêmica se somos um produto dela, se as únicas possibilidades de corporificação providenciadas pela academia se baseiam em corpos brancos, cisgêneros, heterossexuais, endossexo, europeus ou norte-americanos?

Somos um produto desses discursos opressivos na medida em que nossas narrativas são construídas através de uma linguagem que estruturalmente nos invisibiliza. Seguindo pelo questionamento de Jesus (2015):

Como contamos uma história nova a partir de linguagens que ignoramos existir? Primeiro precisamos aprender uma nova língua para, proativamente, contar algo por meio dela. (p. 26)

Uma vez imersos em determinada linguagem, não há como ‘desalfabetizar-se’ e ‘dessignificar’ as significações; contudo, há como evidenciar os signos de normatização, as tentativas de silenciamento que nos atravessam despercebidas. É possível reagir às nomeações que nos são direcionadas quando a criação de novos nomes somente surge a partir do que já nos foi apontado. ‘Contar uma história’, como diz Jesus, por meio de uma nova língua talvez se equipare a utilizar nossa própria língua como mecanismo de subversão. Refletindo sobre o – e resistindo ao – que seria a “língua do opressor”, hooks (2013) compreende que o idioma colonizador – em seu contexto, a língua inglesa – não é em si o que a violenta, mas sim “o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornam uma arma capaz de envergonhar, humilhar, colonizar” (p. 224). Para a autora, da mesma forma como o idioma colonizador era temido pelos povos colonizados por conta de sua



significação aniquilante, ele também poderia ser usado para a construção de laços entre pessoas que falavam idiomas diferentes. Esse uso da “língua opressora” a alocou num patamar diferente e de resistência à opressão, mas não somente:

O poder dessa fala não é simplesmente o de possibilitar a resistência à supremacia branca [e cisgênera, heterossexual, endosso, etc.], mas também o de forjar um espaço para a produção cultural alternativa e para epistemologias alternativas – diferentes maneiras de pensar e saber que foram cruciais para a criação de uma visão de mundo contra-hegemônica. (hooks, 2013, p. 228)

Apesar de utilizarem as mesmas estruturas de nossa linguagem, a criação de novas nomenclaturas e a ressignificação de palavras já existentes as distorcem. O domínio de nossa linguagem, ou a ressignificação de uma outra, permite o fortalecimento da autonomia coletiva, de um coletivo marginalizado. Quando nos apropriamos de ‘transexualidade’ para nos afirmarmos enquanto coletividade, e quando apontamos ‘cisgeneridade’ àqueles que potencialmente nos agridem – seja por de fato produzirem e reproduzirem violências estruturais, seja por ocuparem espaços universalizados –, estamos delimitando as fronteiras de nossa realidade e desuniversalizando a normatividade sistêmica. Ocupando espaço na academia, essa apropriação se apresenta como uma necessidade, já que precisamos conviver [e mais: conviver *pacificamente*] com aqueles que, a princípio, nos nomeiam.

Mas até que ponto a reivindicação de um espaço no campo científico pode prover às pessoas trans a construção de realidades não patologizadas, uma vez este campo sendo, por si só, a sede da patologização? Que afetos são produzidos como consequência de nossa inserção em um ambiente no qual, discursivamente, materialmente e simbolicamente não existimos?

A questão do nome social, por exemplo, surge aqui com bastante força. Não se trata simplesmente de um conjunto de consoantes e vogais, mas de um divisor de águas contra violências [epi]sistêmicas. Não são raros os casos de pessoas praticamente expulsas de seus respectivos cursos pelo desrespeito institucional ao nome social, que vai desde as listas de chamada ao impedimento de se acessar o banheiro referente à identidade de gênero autoproclamada. Paramos de falar em ‘evasão escolar’ de pessoas



trans para falar em expulsão. O nome social de um dos autores deste artigo não havia sido incluído no sistema virtual de sua universidade e, por vezes, ele precisava checar previamente a lista de chamada para avisar que a última letra de seu nome havia sido digitada erroneamente. Já o outro autor passou por situação diferente. O nome social era respeitado, mas ocupava o lugar do nome civil na chamada, não seguia ordem alfabética. Em ambos os casos, as confusões criadas pela desorganização em relação ao nome social agiam como uma denúncia dos lugares que ocupávamos. Dependíamos da boa-vontade de nossos professores para sermos respeitados e não sofrermos constrangimentos. A ‘simples’ possibilidade – bastante recorrente – de não respeitarem o nome social, de não saberem como incluí-lo no sistema de cadastro universitário, de nos chamarem de ‘senhora’ durante o atendimento, ou de reconhecerem nossa identidade somente até se depararem com nossos nomes de registro, já é suficiente para que nos afastemos desses serviços e adoecemos.

Adoecidos, enfrentamos o despreparo de profissionais da saúde em cuidar de corpos trans – não somente no sentido de corpos estranhos, mas no atendimento a demandas específicas (hormônios, por ex.) e a questões *comuns* (pedras nos rins, por ex.), no sentido literal do termo. Tal despreparo contribui para nossa exclusão, e soma-se à inacessibilidade do sistema de saúde em proporcionar à comunidade T o devido respeito à sua identidade de gênero e à sua humanidade, considerando que, no mundo em que vivemos, os corpos só ganham inteligibilidade enquanto corpos humanos após sua generificação.

Percebemos, em nossa experiência acadêmica, um descrédito de falas teóricas e uma supervalorização de narrativas pessoais. A militância acadêmica transforma-se em contação de histórias, cumprindo “o papel social de desviar o foco de lutas antinormativas através de um aparente ‘desejo de escutar’” (VERGUEIRO, 2015, p. 37). Questionamentos acerca de nossa relação com familiares, das mudanças em nossos corpos, de nossos passados, ou mesmo de nossas sexualidades, sobressaem em relação a questionamentos a respeito das demandas que nos propomos a defender. Levantando discussões em aula sobre transfobias institucionais, não era incomum que certos colegas opinassem sobre o corpo de uma pessoa trans, ou sobre suas próprias preferências – como em ‘eu não transaria com uma pessoa trans’ ou ‘não sou obrigada a aceitar um corpo assim’. De repente, nossas propostas e lutas dentro da sala de aula são banalizadas diante de relatos sobre a autoadministração de hormônios, “enfraquecendo, não por coincidência, qualquer caráter mais político de minhas proposições intelectuais



anticolonizatórias” (VERGUEIRO, 2015, p. 37). A transformação de discussões pertinentes, de cunho político e institucional, em dúvidas sobre ‘como um homem trans faz sexo?’ ou em comentários sobre a importância de se ter um pau – ‘eu não tenho nada contra, mas não conseguiria transar com um homem sem pênis, *eu* não consigo!!!¹⁴’ – banaliza nossas tentativas de conquistar espaços de resistência. Em resumo, quando rodas de conversa sobre gênero e sexualidade se transformam em um Q&A sobre o ‘funcionamento’ de um corpo divergente da norma cisgênera, percebemos que o que interessa não são nossas demandas, nem o que temos a apontar à cisgeneridade, mas sim a exotificação de nossas vivências. Ao tomarmos as rédeas de uma nomeação que não escolhemos, nos apropriando do lugar social em que fomos colocados, o ‘desvio’ e a exotificação que o acompanha desestabilizam nossas tentativas de nos autonearmos, de resignificar as proposições *impostas* a nós e, portanto, ofensivas.

Quando posicionamos nossos corpos de forma política e instrumental, sentimos nitidamente nosso afastamento do ambiente em questão. Ocupamos o lugar de ‘exótico’ e diferente. Revisando artigos e trabalhos de autoria cis sobre transidentidades, percebemos a maneira como servimos de “ferramenta teórica e de humanização para pessoas acadêmicas cisgêneras” (VERGUEIRO, 2015, p. 37). De um lado, as lutas pelo uso do banheiro e do nome social, por uma produção acadêmica não cissexista; de outro, a curiosidade sobre nossas experiências pessoais que despreza nossa luta por direitos, desvalidando as denúncias de violências transfóbicas presentes na universidade. A exotificação impede que nos pronunciemos. Nos transformamos em símbolos da diferença, mas não nos é concedido espaço para que exploremos nossa potência, e nossas tentativas de conquistar espaço são confrontadas pela transformação de nossos discursos políticos em banalizações epistêmicas.

O caráter ‘curioso’ de nossa presença, não por coincidência, surge em diferentes momentos de nossa trajetória: quando requeremos das instituições de ensino o uso do nome social nas listas de chamada; a cada consulta médica para conseguirmos receitas, para modificarmos nossos corpos por meio de substâncias sintéticas, se for de nossa vontade; nas inúmeras consultas com psiquiatras e psicólogos provedores de laudos; finalmente, nas salas de aula, ao sermos colocados nesse lugar exótico, ‘curioso’, interessantíssimo e, pela postura das pessoas curiosas, mais relevante do que nossa expectativa de vida. Quando nos afirmamos como pessoas trans, somos

¹⁴ Baseado em acontecimentos reais.



instantaneamente exotificados. Então, ainda que nos apropriemos das nomeações que nos são direcionadas, a exotificação permanece.

Perguntas como ‘você é homem ou mulher?’, ‘qual seu nome de verdade?’, ‘você nasceu menino ou menina?’ promovem “uma cena decolonial em que o propósito não é exatamente compreender as diversidades corporais e de identidades de gênero, mas sim de exercer controle e invadir estas existências” (VERGUEIRO, 2015, p. 174), nomeando-nos. A ‘verdade’ de ser homem ou mulher opera como instrumento de ridicularização, invasão, vulnerabilização, ocupação, nomeação, pois parte de uma perspectiva ‘de fora’, empurrando nossas existências à margem. Assim,

Descolonizar nossos corpos, descolonizar nossas identidades de gênero, descolonizar nossos conhecimentos nunca tiveram tanto significado quanto na medida em que procuramos nos curar coletivamente das feridas cisnormativas e dos abismos entre nossas diversidades. (VERGUEIRO, 2015, p. 222)

O que desejamos é a autoafirmação, e não a necessidade de nos defender das determinações que nos são impostas; desejamos nos autoafirmar pela coletividade que integramos, e não – somente – para nos defendermos do que dizem que somos. A nomeação é ofensiva porque, além de supor que não somos capazes de falar, faz suposições sobre sujeitos que não possuem poder estrutural para se autoproclamar, e somente perderá o caráter ofensivo quando entendermos que somente os nomeados são capazes de se nomear. Ao aplicarmos esse princípio ao meio acadêmico, entra em questão a validade da teoria.

Com Vergueiro, apoiando-nos também em hooks, vimos que a construção de narrativas não-normativas no ambiente acadêmico passa invariavelmente pelo crivo de uma cisheterobranquidade colonialista. Concordamos com hooks quando ela afirma que “apesar de ser utilizada como instrumento de dominação, ela [a teoria] pode conter importantes ideias, pensamentos e visões que, se fossem usados de modo diferente, poderiam ter uma função de cura e libertação” (hooks, 2013, p. 91). A concepção da teoria como instrumento de nomeação também significa que podemos utilizá-la como instrumento de autodeterminação e de produção de narrativas. Se ela é utilizada por aqueles que nos nomeiam, podemos utilizá-la para nomeá-los e afirmar histórias que nos cabem, como uma denúncia das violências às quais estamos sujeitos. Assim,